



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

## **EDITAL**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 3001/2026**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 033/2026**

**PREGÃO, na forma Eletrônica nº 008/2026**

### **1. PREÂMBULO:**

<b>Interessado:</b> Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, Departamento de Controle e Manutenção de Bens Públicos, Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos e Departamento de Esportes
<b>Modalidade da Licitação:</b> PREGÃO, na forma ELETRÔNICA - Art. 28 inc. I
<b>Critério de Julgamento:</b> MENOR PREÇO POR LOTE.
<b>Modo de Disputa:</b> Aberto - O modo de disputa definido neste Pregão será aberto, conforme inciso I, art. 56 da Lei Federal 14.133/21
<b>INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA:</b> às 09:00min do dia 20/05/2026 (horário de Brasília (DF)).
<b>Valor Total Estimado da Contratação:</b> R\$ 414.563,50 (quatrocentos e catorze mil, quinhentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos )
<b>Local:</b> <a href="https://portaldatransparencia.pereirabarreto.sp.gov.br/comprasedital/">https://portaldatransparencia.pereirabarreto.sp.gov.br/comprasedital/</a> “Acesso Identificado”
<b>Retirada do Edital:</b> Pelo site da Prefeitura de Pereira Barreto/licitações ou através dos endereços eletrônicos: <a href="mailto:luis.aguilar@pereirabarreto.sp.gov.br">luis.aguilar@pereirabarreto.sp.gov.br</a> e ou <a href="mailto:licitacao@pereirabarreto.sp.gov.br">licitacao@pereirabarreto.sp.gov.br</a>
<b>Base Legal:</b> O procedimento licitatório que dele resultar obedecerá, integralmente, Decreto Municipal nº 6.365 de 18 de janeiro de 2024, Decreto Municipal nº 6.576/2024 de 06 de novembro de 2024, Lei Complementar 123/2006 e suas alterações posteriores, e subsidiariamente a <b>Lei Federal nº 14.133</b> , de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Torna-se público que **O MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PEREIRA BARRETO**, por meio do Departamento de Licitações e Contratos, sediado a Av. Cel Jonas Alves de Mello, nº 1.947, Jardim Alvorada, CEP: 15.370-042, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 6.365, de 18 de janeiro de 2024, <https://www.legislacaodigital.com.br/PereiraBarreto-SP/DecretosMunicipais/6364> e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS/ENCAMINHAMENTOS:**

Endereço: Av. Cel. Jonas Alves de Mello, nº 1947.

E-mail: [licitacao@pereirabarreto.sp.gov.br](mailto:licitacao@pereirabarreto.sp.gov.br)

Telefone: (18) 3633 - 0067

OBS: Esclarecimentos, Dúvidas e consultas, deverão ser esclarecidas, preferencialmente até o dia anterior a sessão pública virtual, podendo o interessado não ser atendido em tempo hábil.

As Impugnações, Esclarecimentos e os recursos deverão ser anexados no sistema em campo próprio, e deverá estar em papel timbrado com o nome da empresa, as razões do recurso e assinatura do representante legal (podendo ser digital), para que possa ser anexada no processo.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

## **2. OBJETO:**

**2.1** – A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa(s) especializada(s) para prestação de serviços de Apoio Operacional e Controle de Acesso, com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de equipamentos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais, conforme as especificações técnicas e condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo IV e demais anexos deste Edital.

**2.2** Fazem parte integrante e indissolúvel deste Edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

**ANEXO 01 - DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA**

**ANEXO 02 - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**ANEXO 03 - MAPA DE RISCO**

**ANEXO 04 - TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO 05 - MINUTA DE CONTRATO**

**ANEXO 06 - TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO**

**ANEXO 07 - DECLARAÇÃO UNIFICADA**

**ANEXO 08 - DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCESP**

**ANEXO 09 - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE ME/EPP**

**ANEXO 10 - MODELO DE PROPOSTA**

**ANEXO 11 - INDICAÇÃO DE USUÁRIO**

**ANEXO 12 - CADASTRO DO RESPONSÁVEL**

## **3. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:**

**3.1** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema **FIORILLI (licitações - Portal de Licitações - acesso identificado)**. A utilização do sistema de pregão eletrônico está consubstanciada nos incisos XLI, XLV do Artigo 6º, § 5º do art. 8º, inciso I do art. 29 e §1º do art. 31 da Lei 14.133/21.

**3.2** Os trabalhos serão conduzidos por funcionário da Prefeitura de **Pereira Barreto**, denominado (agente de contratação), (Pregoeiro), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “Licitações” constante da página eletrônica da Prefeitura: <https://portaldatransparencia.pereirabarreto.sp.gov.br/comprasedital/>.

**3.3** A Prefeitura não se responsabiliza por eventuais quedas, falhas ou perdas de conexão, que ocorrerem com as proponentes participantes durante a sessão virtual, inclusive durante a fase de lances, por problemas de velocidade, bloqueios ou pouca habilidade.

**3.4** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

**3.5** O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente Edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como o cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

**3.6** Os documentos exigidos para habilitação, Inobstante o Art. 63, I, II e III da Lei Federal 14.133/21, permita a exigência de declaração de que o licitante atende aos requisitos de Habilitação e a apresentação dos documentos de Habilitação e de Regularidade Fiscal, apenas pelo Licitante vencedor, a exigência para apresentação dos referidos documentos, no prazo definido para a entrega das propostas, visa impedir que fique a critério do Licitante a conveniência de entregar regularmente os documentos ou não, visando, em conlúio com o segundo colocado, obter vantagem financeira. Decreto Municipal nº 6.576/2024 de 06 de novembro de 2024. (idem item 9.4.3.1 ).

**3.7** - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida, através de uma empresa associada ou pelos telefones: FIORILLI - SP (17) 3411-1444 ou Prefeitura de Pereira Barreto-SP (18) 3633 - 0067 ou ainda por e-mail: [luis.aguilar@pereirabarreto.sp.gov.br](mailto:luis.aguilar@pereirabarreto.sp.gov.br) / [licitacao@pereirabarreto.sp.gov.br](mailto:licitacao@pereirabarreto.sp.gov.br).

## **4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

**4.1** Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, do ramo pertinente, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e estiverem previamente credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

**4.2** Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à página eletrônica da Prefeitura: <https://portaldatransparencia.pereirabarreto.sp.gov.br/comprasedital/>

**4.3** O licitante deverá estar devidamente credenciado, junto à Prefeitura de Pereira Barreto: <https://portaldatransparencia.pereirabarreto.sp.gov.br/comprasedital/>, até no mínimo **uma hora antes** do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

**4.4** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros

**4.5** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites do Decreto n.º 8.538, de 2015.

**4.6** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

**4.7** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#) (Anexo XIII).



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

**4.8** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.9** O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

- a)** Instrumento particular de mandato outorgando poderes ao operador devidamente credenciado junto à Fiorilli - Portal de Licitações, poderes específicos de sua representação no pregão, ( modelo próprio);
- b)** Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido - (Anexo04) e;
- c)** Inserção no sistema das especificações do produto objeto da licitação, em conformidade com edital, constando preço, marca e especificação. A empresa participante do certame não deve ser identificada, caso seja possível identificar a licitante pela “marca” a ser informado, fazer constar “**marca própria**” no campo específico.

## **5. NÃO PODERÃO DISPUTAR ESTA LICITAÇÃO:**

**5.1** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**5.2** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**5.3** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

**5.3.1** Em razão da natureza do objeto contratado e da necessidade de garantir a máxima eficiência e efetividade na execução dos serviços, fica vedada a participação de empresas em consórcio neste certame. A escolha por esta modalidade visa:

**a)** Aumento da Responsabilidade: A contratação de empresas individualmente assegura que a responsabilidade pela execução do contrato recaia sobre uma única entidade, facilitando a fiscalização e a responsabilização em caso de descumprimento.

**b)** Redução da Complexidade Administrativa: A gestão de contratos com consórcios pode acarretar maior complexidade na administração e no acompanhamento da execução, dificultando a supervisão e o controle por parte da Administração Pública.

**c)** Garantia de Qualidade e Continuidade: A execução dos serviços por uma única empresa propicia maior controle sobre a qualidade dos serviços prestados e a continuidade das atividades, evitando interrupções que podem ocorrer em consórcios.

**5.3.2** Disposições Finais: As empresas interessadas em participar deste certame deverão apresentar suas propostas de forma individual, sendo desconsideradas aquelas que apresentarem propostas em conjunto com outras empresas, seja na forma de consórcio ou qualquer outra modalidade de associação.

**5.4** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO***

***ESTADO DE SÃO PAULO***

**5.5** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**5.6** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

**5.7** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**5.8** Agente público do órgão ou entidade licitante;

**5.9** Consórcios: Considerando as especificidades do objeto — contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de Apoio Operacional e Controle de Acesso, com dedicação exclusiva de mão de obra, fornecimento de equipamentos e veículo, conforme especificado no Termo de Referência - Anexo IV— e conforme fundamentado no art. 15 da Lei nº 14.133/2021, fica vedada a participação de consórcios. A admissão de consórcios acrescentaria complexidade à gestão e fiscalização do Contrato, sem proporcionar ganhos proporcionais em eficiência operacional. Ademais, dada a ausência de alto valor ou elevada complexidade técnica no certame, a restrição justifica-se para garantir uma gestão mais ágil, integrada e isonômica, evitando riscos de atrasos, divisão de responsabilidades e possíveis divergências operacionais, além de preservar a competitividade equilibrada entre os participantes

**5.10** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**5.11** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).;

**5.12** O impedimento de que trata o subitem 5.3 e 5.6, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante

**5.13** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os subitens 5.3 e 5.6, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade;

**5.14** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

**5.15** O disposto nos subitens 5.3 e 5.6, não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução;

**5.16** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#);

**5.17** A vedação de que trata os subitens, 5.5, 5.8 e 5.11, estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## **6. CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES:**

**6.1** As empresas interessadas deverão nomear, através do instrumento de mandato previsto no item **4.9, “a”**, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à **Fiorilli - Portal de Licitações**, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: <https://portaldatransparencia.pereirabarreto.sp.gov.br/comprasedital/>.

**6.2** A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de seu operador designado, o qual deverá manifestar, em campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

**6.3** O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

**6.4** A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da **Fiorilli - Portal de Licitações**.

**6.4.1** – Para obtenção da chave de identificação e da senha de acesso, o interessado deverá acessar o **Portal de Compras** disponível no endereço eletrônico <https://portaldatransparencia.pereirabarreto.sp.gov.br/comprasedital/>, clicar em **“Acesso Identificado”** e, em seguida, selecionar a opção **“Solicitar Acesso – Licitação Eletrônica”**, seguindo as instruções disponibilizadas na plataforma.

**6.5** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a **Fiorilli - Portal de Licitações**, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**6.6** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

## **6.7. PARTICIPAÇÃO**

**6.7.1** A participação no Pregão, na Forma Eletrônica, se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

**6.8** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

**6.9** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida, através de uma empresa associada ou pelos telefones: FIORILLI - SP (17) 3411-1444 ou Prefeitura de Pereira Barreto-SP (18) 3633-0067 ou ainda por e-mail: [luís.aguiar@pereirabarreto.sp.gov.br](mailto:luís.aguiar@pereirabarreto.sp.gov.br) com cópia [licitacao@pereirabarreto.sp.gov.br](mailto:licitacao@pereirabarreto.sp.gov.br)

## **6.10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

**6.10.1** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**6.10.2** O encaminhamento de proposta para o sistema eletrônico pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances

**6.10.3** A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

**6.11** Na hipótese do licitante ser ME/EPP, o sistema importa essa informação dos dados cadastrais da empresa, por isso é importante que essa informação esteja atualizada por parte do licitante sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar 123/2006.

**6.12** A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

**6.13** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances

**6.14** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**6.15** Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

**6.16** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**6.17** Fica a critério do pregoeiro a autorização da correção de lances com valores digitados errados ou situação semelhante, durante a disputa de lances, não é possível corrigir lances de proposta ou depois da fase de lances.

**6.18** Durante o transcurso da sessão pública os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema **não identificará** o autor dos lances aos demais participantes.



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO***

***ESTADO DE SÃO PAULO***

**6.19** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão na Forma Eletrônica, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízos dos atos realizados.

**6.20** Quando a desconexão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão, na Forma Eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos operadores representantes dos participantes, através de mensagem eletrônica (e-mail) divulgando data e hora da reabertura da sessão.

**6.21** A Prefeitura não se responsabiliza por eventuais quedas, falhas ou perdas de conexão, que ocorrerem com as proponentes participantes durante a sessão virtual, inclusive durante a fase de lances, por problemas de velocidade, bloqueios ou pouca habilidade.

**6.22** O modo de disputa definido neste Pregão será aberto, conforme inciso I, art. 56 da Lei Federal 14.133/21.

a) A etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

b) A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

c) Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nas alíneas “a” e “b”, a sessão pública será encerrada automaticamente.

**6.23** O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

**6.24** A Empresa vencedora, deverá encaminhar via e-mail, ou na própria plataforma, sua **proposta de preços readequada**, juntamente com a Planilha de custos (quando for o caso), em uma ou mais vias, todas rubricadas e a última assinada pelo Representante Legal da Empresa citado nos documentos de habilitação, em linguagem concisa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, contendo Razão Social, CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, Inscrição Estadual, endereço completo, número de telefone, e-mail, número de agência de conta bancária.

**6.25** Posteriormente, os mesmos documentos da Empresa vencedora, **quando solicitados**, poderão ser encaminhados em originais ou cópias, **no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da data da sessão pública virtual.

**6.26** A sessão pública fica suspensa, ou seja, permanece em fase de classificação/habilitação até o recebimento da documentação **“pendente”** dentro das condições dispostas no item 6.24.

**6.27** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.





# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

**6.28** Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

**6.29** Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e inexistindo interposição de recursos, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço.

**6.30** Quando for constatado o empate, conforme estabelece os artigos 44 e 45 da LC 123/2006, o sistema aplicará logo após o fim da fase de lances os critérios para o desempate em favor ME/EPP. Após o desempate, poderá o pregoeiro ainda negociar um melhor preço caso ela não atinja o valor de referência definido pela administração pública.

**6.31** Na proposta, deverá conter:

- a) Os valores dos impostos já deverão estar computados no valor do produto;
- b) O prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura das propostas virtuais;
- c) Especificação e/marca completa do produto oferecido, com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação;
- d) Data e assinatura do Representante Legal da proponente.

**6.32** O objeto, rigorosamente de acordo com o ofertado nas propostas, deverá ser executado conforme indicado no Anexo IV - Termo de Referência.

**6.33** Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o Menor preço por item.

**6.34** Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado por este Edital.

**6.35** Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

## **7. EM ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO CAPÍTULO V DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, SERÃO OBSERVADOS OS SEGUINTE PROCEDIMENTOS:**

**7.1** Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5%(cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

- a) A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via “chat” de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5(cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior aquela considerada vencedora do certame, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor o objeto do pregão.
- b) No caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte que se enquadrem no limite estabelecido no subitem 7.1, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea “a”.
- c) Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, na forma da alínea “a”, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

**7.2** Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 7.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame, desde que atenda aos requisitos de habilitação.

**7.3** O Pregoeiro anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor, imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

**7.4** Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação. Se for necessário, repetirá esse procedimento, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

**7.5** Ocorrendo a situação a que se referem os subitens 6.27 e 6.28 deste Edital, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.

**7.6** Da sessão o sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

**8.1** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 5 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**8.1.1** Registro Cadastral;

**8.1.2** Consulta de Apenados - mantido pelo TCESP - <https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>;

**8.1.3** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União - <https://www.portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis> ;

**8.1.4** Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União <https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>

**8.1.5** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inexigibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça CNJ na internet no endereço [www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)

**8.1.6** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**8.1.7** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

**8.1.8** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

**8.1.9** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

**8.1.10** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

**8.1.11** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 6.11 e deste edital.

**8.1.12** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**8.2** Será desclassificada a proposta vencedora que:

**8.2.1** Contiver vícios insanáveis;

**8.2.2** Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**8.2.3** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**8.2.3.1** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**8.2.4** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

**8.2.5** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

**8.2.6** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

**8.2.6.1** Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

**8.2.6.2** Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

## **9. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

### **9.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA (Art. 66, Lei Federal nº 14.133/21):**

- a)** Cédula de Identidade ou documento oficial com foto de todos os sócios, administradores e procurador;
- b)** No caso de sociedade por ações, os documentos de identidade relativo aos presidentes, diretores ou outros responsáveis;
- c)** Registro comercial, no caso de empresa individual;
- d)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alteração(s), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhadas da documentação relativa à eleição dos administradores em exercício;
- e)** Os documentos descritos no item anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, conforme legislação em vigor.
- f)** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, com registro junto ao Cartório de Registro Civil de pessoas jurídicas, ou da categoria, e de prova de diretoria em exercício;
- g)** Decreto de autorização, devidamente arquivado, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira, autorizada a operar no Brasil;



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

## **9.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (Art. 68, Lei Federal nº 14.133/21):**

**9.2.1** As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- I)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- II)** Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, **se houver**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III)** Prova de regularidade com as Fazendas Públicas **Federal** e relativa à Seguridade Social (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), **Estadual** (através da Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa de Débitos inscritos na Dívida Ativa, relativa ao ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e **Municipal** (relativo aos tributos mobiliários) do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- IV)** Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- V)** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), demonstrando estar em situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- VI)** Prova de inexistência de débitos inadimplentes perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - **CNDT** ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.
- VII)** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).
- VIII)** Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#).
- IX)** Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (**quando for o caso**).

§ 1º Os documentos referidos nos incisos do **caput** deste artigo poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

§ 2º A comprovação de atendimento do disposto nos incisos III, IV e V do **caput** deste artigo deverá ser feita na forma da legislação específica.

## **9.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA (Art. 69, Lei Federal nº 14.133/21):**

**9.3.1** A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

I) Certidão negativa de falência ou concordata/recuperações, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da pessoa jurídica licitante, a qual tenha sido expedida em prazo igual ou inferior a 90 (noventa) dias, em relação à data de recebimento da documentação e proposta, estabelecida no preâmbulo deste Edital.

II) A participação de empresas em recuperação judicial ou extrajudicial é expressamente admitida, desde que atendidos os requisitos dos incisos I e II acima. **É vedada** a exigência de certidão negativa (ou positiva) de recuperação judicial ou extrajudicial

III) Para o caso de empresa em recuperação extrajudicial a licitante está ciente de que no momento da assinatura do contrato e/ou Ata de Registro de Preços deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial

IV) Se a licitante for cooperativa, a certidão mencionada no inciso I), deste subitem 9.3.1, deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

## **9.4. OUTRAS COMPROVAÇÕES (Art. 63, Lei Federal nº 14.133/21):**

**9.4.1 .** Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições:

**9.4.1.2** Declaração, assinada por representante legal da proponente, de que:

I) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;

II) Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

III) A falsidade das declarações anteriormente exigidas, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

**9.4.3 Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados anexados na plataforma, escaneados os originais devidamente assinados, ou assinados digitalmente em PDF, quando for o caso. Os documentos deverão estar perfeitamente legíveis.**

**9.4.3.1 Os documentos exigidos para habilitação, Inobstante o Art. 63, I, II e III da Lei Federal 14.133/21, permita a exigência de declaração de que o licitante atende aos requisitos de Habilitação e a apresentação dos documentos de Habilitação e de Regularidade Fiscal, apenas pelo Licitante vencedor, a exigência para apresentação dos referidos documentos, no prazo definido para a entrega das propostas, visa impedir que fique a critério do Licitante a conveniência de entregar regularmente os documentos ou não, visando, em conlúio com o segundo colocado, obter vantagem financeira. Decreto Municipal nº 6.576/2024 de 06 de novembro de 2024**

**9.4.4** O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

**9.4.5** Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarada vencedora do certame, prorrogáveis por



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

igual período, a critério da Administração, **para regularização da documentação**, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**9.4.6** A não regularização da documentação implicará decadência do direito à Contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 90 da Lei Federal 14.133/21, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

## **10 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

*(Com base no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021)*

**10.1** – A interposição de recurso contra decisões relacionadas ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação observará o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

**10.2** Esclarecimentos, Dúvidas e consultas, deverão ser esclarecidas, preferencialmente até o dia anterior a sessão pública virtual, podendo o interessado não ser atendido em tempo hábil. Não serão conhecidos às impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente e deverão ser anexados em campo próprio do sistema Fiorilli, (Plataforma onde ocorrerá a disputa dos lances).

**10.3** Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas qualquer interessado poderá impugnar ou solicitar esclarecimentos em relação a este ato convocatório.

**10.3.1** O pregoeiro emitirá sua decisão no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, procedendo aos encaminhamentos necessários.

**10.4** Após a etapa de lances finalizada, e analisado toda a documentação, bem como as propostas dos licitante(s) vencedor(e)s, o(s) proponente(s) que desejar(em) recorrer contra decisões do Pregoeiro poderá fazê-lo, manifestando sua “intenção de Recurso” com registro da síntese das suas razões, sendo registrado em aba própria na plataforma - **(RECURSO / CONTRA RAZÕES)** para tal finalidade. Caso o pregoeiro defira essa intenção será facultado juntarem Peça Recursal no prazo máximo de 03 (três) dias úteis. Os interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

**10.4.1** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- I)** A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- II)** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- III)** A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de recurso.

**10.5** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

**10.6 As Impugnações, Esclarecimentos e os recursos deverão ser anexados no sistema em campo próprio, e deverá estar em papel timbrado com o nome da empresa, as razões do recurso e assinatura do representante legal (podendo ser digital), para que possa ser anexada no processo.**





# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO***

***ESTADO DE SÃO PAULO***

**10.7** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**10.8** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados a partir do Registro em Aba própria na plataforma **(RECURSO / CONTRA RAZÕES)** para tal finalidade, onde estará disponibilizado a todos os interessados, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**10.9** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**10.10** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**10.11** O pregoeiro emitirá sua decisão no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, procedendo aos encaminhamentos necessários.

**10.12** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://portaldatransparencia.pereirabarreto.sp.gov.br/comprasedital/>

## **11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**11.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**11.2** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

**11.3** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- I)** Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- II)** Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- III)** Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- IV)** Ou deixar de apresentar amostra;
- V)** Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- VI)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII)** Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- VIII)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- IX)** Fraudar a licitação;

**11.4** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO***

***ESTADO DE SÃO PAULO***

- I) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- II) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- III) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- IV) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- V) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**11.5** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- I) Advertência;
- II) Multa;
- III) Impedimento de licitar e contratar e
- IV) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**11.6** Na aplicação das sanções serão considerados:

- I) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- II) As peculiaridades do caso concreto;
- III) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV) Os danos que dela provierem para a Administração Pública
- V) Recolhida no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da comunicação oficial;
- VI) Para as infrações previstas nos incisos I, II e III e IV do subitem 12.6 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- VII) As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- VIII) Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;
- IX) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos incisos I, II e III, do subitem 12.6, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- X) Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos IV, V, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos I, II e III, do subitem 12.6 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156 §5º da Lei n.º 14.133/2021
- XI) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 12.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO***

***ESTADO DE SÃO PAULO***

**XII)** A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**XIII)** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**XIV)** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**XV)** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**XVI)** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

*(Com base no art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021)*

**12.1** Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

**12.2** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**12.3** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios:* <https://portaldatransparencia.pereirabarreto.sp.gov.br/comprasedital/>

**12.3.1** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**12.3.2** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**12.3.3** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**12.4** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## **13. DO CONTRATO (Art. 89 à 95, Lei Federal nº 14.133/21):**

**13.1** O contrato de que trata esta Lei regular-se-á pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO***

***ESTADO DE SÃO PAULO***

**13.2** Homologada a licitação, serão convocados os licitantes classificados para a assinatura do Contrato, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de sujeitar-se às sanções legais.

**13.3.** Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor

**13.4** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 14.2, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

**I)** Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

**II)** Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição

**13.5** O Contrato ou instrumento similar de compromisso, entrará em vigor na data de sua assinatura, pelo período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado condicionado ao ateste da Autoridade competente.

**13.6** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

## **14 - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO**

**14.1** Deverão ser assegurados à CONTRATANTE amplos poderes para fiscalizar e acompanhar o serviço contratado, bem como o direito de obter os esclarecimentos que julgar necessários, devendo a CONTRATADA fornecer relatórios ou quaisquer informações que lhe forem solicitados.

**14.1.1** - A ação fiscalizadora da CONTRATANTE não fará cessar nem diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas no Contrato ou instrumento similar, ou por irregularidades constatadas, nem por quaisquer danos causados, inclusive a terceiros.

**14.1.2** - O acompanhamento, fiscalização e gestão do contrato, dos serviços serão exercidos pelos seguintes servidores:

### **Fiscais - Sec. Turismo e Cultura (Cidade da Criança)**

**Titular:** Selma Santos Souza Ishida - Dir. Municipal de Turismo - Matrícula nº 58673 1

**Suplente:** Paulo Conte Xavier - Chefe do Serv. de Gestão dos Ativos Turísticos - Matrícula nº 35211-1

### **Fiscais - Dep. Gestão de Patrimônio**

**Titular:** Sergio Henrique Esperança de Campos Junior - Matrícula nº 57.948-2

**Suplente:** Rafael Borges da Silva - Matrícula nº 57.696-1

### **Fiscais - Sec. Obras e Serviços Públicos**

**Titular:** Hiroiti Goto - Matrícula nº 5576

**Suplente:** Marli Xavier Campos Gonçalves - Matrícula nº 15.105-1



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO***

***ESTADO DE SÃO PAULO***

## **Fiscais - Departamento de Esportes**

**Titular:** Braz José Dourado Junior - Dir. Deptº Mun. de Esporte, Lazer e Recreação - Matrícula nº 55112-1

**Suplente:** Daniel Dias de Oliveira - Chefe Serv. Gestão do Esporte, Lazer e Recreação - Matrícula nº 55955-1

**14.1.3** - Certificar as notas fiscais/recibos correspondentes e encaminhá-las imediatamente ao Órgão Financeiro do Município, após constatar o fiel cumprimento das obrigações estabelecidas neste instrumento;

**14.2** - O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato;

**14.3** - A gestão do contrato ficará sob a responsabilidade da Secretaria demandante.

## **15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**15.1** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

## **16. DO PAGAMENTO**

**16.1** O pagamento será efetuado após a prestação do serviço ou entrega do objeto, mediante apresentação da fatura/nota fiscal à CONTRATANTE e observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública, além do disposto no inciso XLVI do art. 6º da Lei n.º 14.133/21.

**16.2** Os pagamentos serão efetuados, em até 10 (dez) dias, após a entrega da nota fiscal ou fatura devidamente atestada pelo fiscal designado no contrato ao departamento de contabilidade. Em caso de devolução da documentação fiscal para correção, seu vencimento correrá 10 (dez) dias após sua apresentação. O contratado receberá de acordo com a quantidade requisitada e efetivamente entregue.

**16.2.1** - A Nota Fiscal deverá ser acompanhada de relatório sucinto, onde deverão constar as atividades desenvolvidas devidamente atestadas pelos responsáveis das Secretarias Municipais.

**16.2.2** - Os pagamentos serão feitos somente mediante depósito em conta ou em cheque nominal, a ser retirado na Tesouraria do Paço Municipal.

**16.3** - Os valores ofertados pela CONTRATADA em sua proposta comercial já consideraram todos os encargos incidentes sobre o objeto deste Contrato, não sendo aceita reivindicação posterior para sua inclusão nesses valores, salvo se houver comprovação de que são novos e criados por ato de governo.

**16.4** - A CONTRATANTE se reserva o direito de suspender o pagamento se o serviço for prestado em desacordo com as especificações constantes deste Contrato, ou se houver qualquer erro ou irregularidade em relação a dados constantes da fatura/nota fiscal apresentada, o que não acarretará para a CONTRATANTE a responsabilidade por quaisquer ônus decorrentes desse não pagamento, como multas e correções.

**16.5** - O contrato não sofrerá qualquer tipo de alteração em seu valor, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei Federal 14.133/2021.



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO**

**ESTADO DE SÃO PAULO**

**16.6** - Por eventuais atrasos de pagamentos provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:  $I = (TX/100) \times 365$  EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

## **17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**17.1** As despesas do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias descritas abaixo e ainda por aquela que vier substituir no exercício presente ou vindouro, devidamente comprovada nas correspondentes contratações por meio de emissão de Notas de Empenho prévio:

02	EXECUTIVO
02.13	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
02.13.01	DEPARTAMENTO DE TURISMO
23	Comércio e Serviços
23.695	Turismo
23.695.0036	Gestão de Fomento ao Turismo
<u>23.695.0036.2067.0000</u>	<u>Atendimento a gestão dos Ativos Turísticos</u>
3.3.90.39.79	Serv. de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional - (Cidade das Crianças)
0.01.00 - 110.000	GERAL
FICHA 485	

02	EXECUTIVO
02.15	SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO
02.15.01	DEPARTAMENTO DE CONTROLE E MANUT. BENS PÚBLICOS
04	Administração
04.122	Administração Geral
04.122.0048	Gestão de Bens Públicos
<u>04.122.0048.2089.0000</u>	<u>Controle e Manutenção de Bens Públicos</u>
3.3.90.39.79	Serv. de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional - (Praça da Bandeira)
0.01.00 - 110.000	GERAL
FICHA 554	

02	EXECUTIVO
02.06	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E ERV. PÚBLICOS
02.06.01	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PÚBLICOS
15	Urbanismo
15.452	Serviços Urbanos
15.452.0010	Serviços Públicos Compulsórios
<u>15.452.0010.2014.0000</u>	<u>Atendimento a Limpeza Pública</u>
3.3.90.39.79	Serv. de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional - (Área de Transbordo)
0.01.00 - 110.000	GERAL
FICHA 101	





# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO***

***ESTADO DE SÃO PAULO***

02	EXECUTIVO
02.08	DEPARTAMENTO DE ESPORTES
02.08.01	DEPARTAMENTO DE ESPORTES, LAZER E RECREAÇÃO
27.812	Desporto Comunitário
<u>27.812.0024.2039.0000</u>	<u>Manutenção do Deptº de Esportes, Lazer e Recreação</u>
3.3.90.39.79	Serv. de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional - (eventos esportivos)
0.01.00 - 110.000	GERAL
FICHA 272	

## **18. DISPOSIÇÕES FINAIS**

**18.1** A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Prefeitura Municipal de Pereira Barreto revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação. **O MUNICÍPIO DE PEREIRA BARRETO** poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.

**18.2** O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**18.3** É facultado ao agente de contratação /Pregoeiro, ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**18.4** Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.

**18.5** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**18.6** As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

**18.7** As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Município.

**18.8** A participação do proponente nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.

**18.9** O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Pereira Barreto Estado São Paulo, considerado aquele a que está vinculado o Pregoeiro.



# ***PREFEITURA MUNICIPAL DE PEREIRA BARRETO***

***ESTADO DE SÃO PAULO***

**18.10** O agente de contratação/Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, atenderá aos interessados no horário de **08:00 às 11:00 e das 13:30 às 16:30**, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, para melhores esclarecimentos.

**18.11** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

**18.12** Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo agente de contratação /Pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

Pereira Barreto/SP, 28 de abril de 2026.

---

**Dr. Hermínio Barbosa Komatsu**  
**Prefeito**